

## Superpopulação relativa e marginalidade social: uma análise do Brasil no período 1980-1991

Pedro Henrique Evangelista Duarte<sup>1</sup>

Isabela Gomes de Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** A categoria *Superpopulação Relativa*, elaborada por Karl Marx, faz referência ao conjunto da população trabalhadora que, à medida em que avança o modo de produção capitalista, é alijada do sistema produtivo, em decorrência do incremento da composição orgânica do capital. A partir da década de 1960, essa categoria foi retomada e atualizada por autores latino-americanos, com o intuito de compreender suas possíveis particularidades nos países periféricos e dependentes, dando origem ao que se convencionou chamar de *Teoria da Marginalidade Social*. Considerando estas perspectivas teóricas, o objetivo do presente artigo é realizar uma análise da marginalidade social no Brasil nos anos 1980 e 1991, buscando entender suas formas de manifestação, a partir das transformações operadas não apenas no conjunto da estrutura produtiva, mas também nas relações capital-trabalho verificadas no período.

**Palavras-chave:** Superpopulação relativa; marginalidade social; massa marginal; polo marginal; América Latina.

**Abstract:** The category *Relative Surplus Population*, proposed by Karl Marx, refers to the group of the labor for who is gradually removed from the productive system as the capitalist mode of production advances, due to the increase in the organic composition of capital. Since the 1960s, this category has been taken up and updated by Latin American researchers, in order to understand their possible peculiarities in peripheral and dependent countries, giving rise to what is conventionally so-called the *Social Marginality Theory*. Considering these theoretical perspectives, the aim of the paper is to analyse the social marginality in Brazil in the 1980s and 1990s, seeking to understand its forms of manifestation from the transformations occurred not only in the productive structure, but also in the capital-labor relations that happened in that period.

**Keywords:** Relative surplus population; social marginality; marginal mass; marginal pole; Latin America.

**Códigos JEL:** B14, B51, J21, J81, O40.

**Submissão às sessões ordinárias.**

### Introdução

A lei geral da acumulação capitalista foi elaborada por Karl Marx (2008) com o intuito de descrever a estrutura do modo de produção capitalista e seus reflexos sobre a forma de organização da sociedade. Para tanto, parte da análise da mercadoria, uma vez que “[a] riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista, configura-se em uma ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 2008, p. 57). É a partir, portanto, das observações acerca da mercadoria, que Marx estrutura sua linha de análise, que se desdobrará, fundamentalmente, na análise da categoria *valor*.

De acordo com o autor, toda mercadoria é dotada de dois tipos de valores: 1) o valor de uso,

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás. Contato: pheduarte@ufg.br

<sup>2</sup> Discente do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás. Contato: isabela.gomes@discente.ufg.br

que expressa a funcionalidade da mercadoria na sociedade; e 2) o valor de troca, ou simplesmente valor, que confere expressão à capacidade de intercâmbio de diferentes mercadorias. A definição dos valores de uso de cada mercadoria estaria em sua própria essência, dado ser cada uma delas produzida para desempenhar uma determinada função na sociedade. Já o valor de troca seria definido a partir do tempo de trabalho necessário e/ou despendido em sua produção. De uma forma esquemática simples, pode-se dizer que, dadas as condições técnicas de produção, duas mercadorias que levam o mesmo tempo para serem produzidas seriam equivalentes no que diz respeito a seu valor e, portanto, poderiam ser intercambiadas. Em síntese, dadas as condições técnicas de produção, uma unidade de uma mercadoria que leva duas horas para ser produzida poderia ser trocada por duas unidades de uma mercadoria que leva uma hora para ser produzida. Assim que, considerando que o tempo de trabalho define o valor de troca entre mercadorias equivalentes, Marx conclui que o único responsável pela criação de valor em um sistema produtivo seria a força de trabalho.

De forma sintética, a tese de Marx (2008) pode ser apresentada da forma que segue. A mercadoria é o resultado de um processo produtivo que, para ser acionado, requer a aplicação de determinada quantidade de dinheiro – o *capital* – para a aquisição dos meios de produção e da força de trabalho necessários à organização de dito processo – o chamado *ciclo do capital*. No processo produtivo, o capital pode ser dividido em duas frações: o *capital constante* – destinado à aquisição dos meios de produção - e o *capital variável* – destinado à aquisição/contratação da força de trabalho. Argumenta ainda que, para cada processo produtivo, haveria a combinação de uma determinada quantidade de meio de produção e de força de trabalho, da qual resultariam a *composição técnica do capital* - relação entre a quantidade dos meios de produção e a quantidade de força de trabalho necessários para a produção de uma determinada quantidade de mercadoria – e a *composição orgânica do capital* – a relação entre seus respectivos valores, ou seja, a relação entre capital constante e capital variável. Basicamente, o que acontece ao longo do processo produtivo é a combinação de diversos meios de produção – máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias-primas etc., - e da força de trabalho para a produção de uma nova mercadoria. O objetivo é que, ao final do processo, a mercadoria produzida seja dotada de um valor superior ao valor dos meios de produção e da força de trabalho utilizadas em seu processo de produção; Marx chama esse circuito de *reprodução ampliada do capital*. Por sua vez, os valores que são produzidos ao longo do processo produtivo, e que permitem o incremento do valor inicial, são chamados de *mais valor*.

O ponto fulcral da discussão se estabelece a partir da argumentação de Marx que de apenas a força de trabalho é capaz de produzir novo valor. Nesse sentido, ao longo da jornada de trabalho, seriam produzidos valores, dos quais parte seria utilizado na remuneração da força de trabalho, e parte seria apropriado pelo capitalista, na forma de lucros. O tempo referente à jornada de trabalho

no qual os trabalhadores produzem valores equivalentes aos seus salários foi chamado de *tempo de trabalho necessário*, ao passo que o restante da jornada – onde são produzidos, pelos trabalhadores, valores que são apropriados pelo capitalista – é chamado de *tempo de trabalho excedente*. É dessa análise que emerge a percepção de que, em todo e qualquer processo produtivo, a força de trabalho é submetida a um permanente processo de exploração, para a produção de valores a serem apropriados pelo capitalista. Assim que, tão maior a exploração da força de trabalho, tão maior a produção de valor, tão maiores o lucro do capitalista e a acumulação/concentração de capital.

No entanto, o aumento da escala de produção e da geração de valores não depende exclusivamente do aumento da exploração do trabalho, mas também do aumento da produtividade do sistema produtivo. O que acontece, ao longo do tempo, é o desenvolvimento de novas técnicas e formas de organização da produção que permitem o aumento da escala de produção, com alteração da relação entre a quantidade de meios de produção e força de trabalho para cada sistema produtivo. Nesse sentido, o aumento da produtividade do trabalho significa que um número relativamente menor de trabalhadores é requerido para acionar uma quantidade crescente de meios de produção, provocando um incremento da composição orgânica do capital, ou seja, o aumento do capital constante em relação ao capital variável. Disso decorre a tendência à redução relativa da quantidade de trabalhadores que são incorporados em cada etapa do processo produtivo, à medida que novas técnicas são desenvolvidas. O resultado é a formação de um excedente de força de trabalho, a *superpopulação relativa*.

Marx aponta três formas que a superpopulação relativa assume continuamente: 1) a forma flutuante, que se refere aos trabalhadores que são expelidos e extraídos do processo produtivo industrial à medida em que incrementa sua produtividade, de modo que aumenta o número de trabalhadores empregados, embora sempre em proporção decrescente ao aumento da escala de produção; 2) a forma latente, referente aos trabalhadores agrícolas que são repelidos da produção, à medida que o capitalismo dela se apodera e introduz máquinas e equipamentos, e que por isso estão na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano; 3) a forma estagnada, que constituiu um conjunto de trabalhadores que estão ativos, mas em ocupações totalmente irregulares, e por isso sua condição de vida situa-se abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora; é considerado um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. O autor destaca ainda a esfera do pauperismo, que é composta por três categorias. A primeira são os indivíduos aptos ao trabalho, e a segunda os órfãos e filhos de indigentes. Essas duas categorias incluem trabalhadores que são absorvidos no sistema produtivo em momentos de expansão da atividade econômica. Já a terceira é composta de degradados e incapazes de trabalhar, seja porque ultrapassaram a idade normal de um trabalhador, seja porque foram vítimas da indústria (mutilados, enfermos, viúvas etc.). Disso deriva exatamente a argumentação geral que norteará o presente artigo: o fato de que a população

que está desempregada ou parcialmente empregada se configura como superpopulação relativa.

Nos anos 1960, a categoria elaborada por Karl Marx foi retomada por autores latino-americanos para a compreensão de suas possíveis formas de manifestação na região. A argumentação central desses autores é que, em regiões de capitalismo periférico e dependente, a superpopulação relativa seria dotada de determinadas particularidades. No presente artigo, iremos retomar duas dessas contribuições – as elaboradas por José Nun e Aníbal Quijano – e, posteriormente, verificar os dados referentes ao Brasil, para tentar indicar aspectos que permitem caracterizar a presença da superpopulação relativa – e da marginalidade social, tal como apresentada pelos autores – no país. Para tanto, iremos analisar os dados de 1980 e 1991, extraídos dos censos demográficos destes respectivos anos. Destacamos que essa é de uma pesquisa que é parte de um projeto que já se ocupou de analisar as décadas precedentes. Assim, os dados desses dois anos, além de nos permitir uma comparação para perceber avanços e retrocessos nas relações de trabalho, possibilita a captação de elementos que determinam a caracterização das relações de trabalho no período, e especificamente se a superpopulação relativa e a marginalidade social – e, portanto, o excedente de mão de obra - podem ser apontadas como elementos estruturais das relações econômicas e sociais do Brasil.

## **1. A Teoria da Marginalidade Social.**

Como apontado na seção anterior, a tese elaborada por Marx foi, posteriormente, retomada por diversos autores, dentre eles dois latino-americanos – José Nun e Aníbal Quijano – que resultou na formulação da chamada Teoria da Marginalidade Social. De modo geral, o ponto central da análise empreendida pela teoria se trata do esforço de compreensão das determinações da superpopulação relativa em condições específicas do desenvolvimento capitalista – no caso, o capitalismo periférico e dependente<sup>3</sup>. De acordo com a proposta teórica, ainda que a superpopulação relativa seja uma lei de tendência própria ao modo de produção capitalista, as especificidades do capitalismo em cada região poderiam também imprimir particularidades na forma de manifestação da categoria.

Entendendo a dependência comercial e financeira, no plano externo, e a consolidação de uma estrutura produtiva com diferentes níveis de incorporação tecnológica em seus distintos setores, no plano interno, como particularidades do capitalismo latino-americano, a superpopulação relativa se manifestaria a partir de uma crescente exclusão social de parte relevante da população, ou seja, de uma marginalização direta de parte da população em relação ao processo produtivo.

---

<sup>3</sup> Em *la teoría de la masa marginal*, Nun (2001b) faz uma análise da incursão imperialista - especificamente a estadunidense – na América Latina, muito similar àquela realizada pelos autores da Teoria Marxista da Dependência. Tal análise nos permite indicar uma aproximação entre essas interpretações, ainda que o objeto de investigação de Nun não fosse, particularmente, a caracterização das economias periféricas dependentes.

Dessa observação decorreria “(...) uma noção genérica de marginalidade social como uma situação social caracterizada basicamente por problemas de integração de seus elementos com os demais de uma determinada estrutura global de sociedade” (QUIJANO, 1978, p. 28). Esses problemas de integração, basicamente, ocorreriam no conjunto de países “subdesenvolvidos” ou “em processo de desenvolvimento” – as sociedades dependentes – nas quais a perda permanente de autonomia e a influência de fatores históricos de procedência muito variada e correspondente a diversos contextos históricos impediram um processo congruente de integração.

A ideia postulada pela Teoria da Marginalidade é de que os entraves colocados à superação da condição periférica e dependente criaram as condições para um tipo de desenvolvimento predominantemente marcado por ser *superexcludente*, caracterizado pela baixa potencialidade do sistema em articular a força de trabalho nos setores produtivos dinâmicos da economia, e por manter e reproduzir relações de produção consideradas não tipicamente capitalistas. A condição de dependência, ao submeter a economia interna à dinâmica das trocas internacionais e ao domínio dos setores econômicos pelos grupos monopolísticos internacionais, fez com que as modalidades produtivas que se tornaram hegemônicas no processo de acumulação não resultassem de um desenvolvimento orgânico, mas decorresse de enxertos advindos da dinâmica econômica predominante dos países centrais. Do ponto de vista das relações de trabalho, o fenômeno da marginalidade diz respeito às formas de inserção peculiares de grupos marginais na divisão social do trabalho, tendo como categoria explicativa principal a dinâmica da acumulação de capital. De modo que aponta não apenas para a compreensão dos elementos que determinam a formação da superpopulação relativa, mas também para o enquadramento e vinculação dessa população em determinados tipos de atividade que, independente de sua forma, garantiriam, mesmo que precariamente, a reprodução dessa população.

Em síntese, pode-se dizer que a noção de marginalidade, partindo da constatação de que o capitalismo periférico generaliza processos de acumulação onde formas econômicas com distintos níveis de incorporação tecnológica e produtividade se combinam, originando um único e heterogêneo modo de produção, se refere ao conjunto da força de trabalho que não é absorvida pelas formas típicas que o capitalismo, no seu processo de acumulação, tende a generalizar – em outras palavras, conjuga os trabalhadores que participam de unidades produtivas cujo “arcaísmo” tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permitem defini-las como tipicamente capitalistas. Nesse sentido, a força de trabalho pertencente à massa marginal seria aquela não vinculada aos setores tipicamente capitalistas, enquadrados tanto pelo nível do avanço tecnológico quanto das relações de trabalho estabelecidas, mas que, por estarem agregados dentro de um modo único de produção capitalista, seriam de modo direto e indireto subordinados ao setor capitalista. (KOWARICK, 1985).

Para José Nun, a necessidade de uma análise alternativa para a América Latina seguia dois pontos básicos: as descontinuidades do processo de acumulação primitiva e o colonialismo tecnológico. Para tanto, propõe a categoria *massa marginal*, que seria a parte “afuncional” ou “disfuncional” da superpopulação relativa, isto é, o excedente de trabalhadores não absorvíveis pelo sistema por razões de sexo, idade, educação, experiência, qualificação, localização, etc.

Nun (1996) pontua que o processo de industrialização na América Latina foi realizado no momento de expansão dos grandes monopólios a nível internacional, de modo que a indústria aqui se consolidou com uma estrutura produtiva descolada das características particulares das economias nacionais, o que provocou uma diferenciação entre a estrutura de seus respectivos mercados de trabalho e seus processos produtivos. Por isso, a não absorção da mão de obra seria explicada pelas distorções do desenvolvimento capitalista, condicionado pela manutenção das formas produtivas tradicionais e pela dependência colonial. Não foram geradas tecnologias próprias e importaram-se equipamentos concebidos para situações de escassez de mão de obra, criando um mercado de fatores imperfeito, que não somente traduz a relação de dependência quanto à hegemonia do capital monopolista, mas reforça tais relações.

Nesse sentido, a estrutura da demanda, da tecnologia e da alocação de fatores para os países latino-americanos mostrava-se incapaz de absorver a mão de obra desempregada e subempregada, agravando, portanto, o fenômeno da superpopulação relativa, à medida que a superpopulação flutuante se tornava cada vez mais estagnada. Assim, Nun (2000) coloca, de maneira simplificada, que o excedente populacional gerado pelo sistema estaria passível às seguintes possibilidades: atuar como um exército industrial de reserva, estando à mercê das necessidades dos setores com incorporação tecnológica, ou atuar como uma massa marginal ao mercado, não sendo apta a suprir as necessidades desse setor, mas não necessariamente estando em uma situação de carência de emprego, uma vez que pode estar ocupando espaços em outros segmentos.

A massa marginal, portanto, trata-se da parte não-funcional da superpopulação relativa, podendo ser afuncional ou disfuncional no que concerne à relação dessa população excedente com o setor produtivo hegemônico. “Funcional” seria o excedente da população necessário à continuidade do processo produtivo, uma vez que seu crescimento requeria a incorporação de nova mão de obra. “Disfuncional” seriam os indivíduos que poderiam participar do processo produtivo, mas que pela própria estrutura deste sistema, se tornariam excedentes – por exemplo, a fração da população com qualificação, mas que, por diversas razões, não consegue ser absorvida no sistema, porque excedem a lógica da dinâmica de funcionamento dos setores produtivos dominantes. Por fim, “afuncional” seriam os indivíduos que não são necessários para o funcionamento do sistema produtivo dominante, mas que podem se apropriar do excedente gerado pelo sistema – como, por exemplo, mendigos que podem se alimentar de parte dos alimentos produzidos (NUN, 2001a).

No entanto, ainda que exista um setor dominante, ele não é o único setor produtivo da economia. Existe uma heterogeneidade entre os setores produtivos, de modo que, junto ao setor monopolista, operam um grande número de pequenas e médias empresas, cujo funcionamento se circunscreve mais aos esquemas competitivos. Assim, a parte da população considerada como massa marginal para os setores monopolistas pode ser absorvida nesses setores - de modo que uma baixa taxa de desocupação resulta compatível com a existência de uma superpopulação relativa na grande indústria, categorizável como exército industrial de reserva e/ou como massa marginal (Nun, 2001b).

Aníbal Quijano segue o tratamento teórico do tema proposto por Nun. No entanto, elabora uma nova categoria, chama de *polo marginal* da economia, baseado na heterogeneidade estrutural entre os setores produtivos internos de uma economia capitalista – que convive com setores com elevada incorporação tecnológica, e outros com formas tradicionais de produção. Quijano destaca que o processo de formação socioeconômica dos países latino-americanos se deu a partir da composição de níveis de desenvolvimento muito distintos, resultado da combinação de relações de produção pré-capitalistas e capitalistas. Ainda que sob o domínio e predominância das atividades consideradas tipicamente capitalistas, as configurações remanescentes de períodos anteriores – como o trabalho análogo ao escravo, por exemplo – permaneceram não apenas como características dessas economias, mas também como importantes para a promoção do tipo de desenvolvimento social que se configurou na região. Por isso, o autor argumenta que a categoria *mão de obra marginalizada* seria mais bem adaptada para caracterizar as relações de trabalho na região, quando comparado à categoria *exército industrial de reserva*.

De acordo com o autor, até o período pré-Segunda Guerra Mundial, a relação entre os países centrais e periféricos era baseada em uma organicidade na qual os países centrais funcionavam como a base ou sede do circuito de reprodução ampliada e do controle monopolista internacional, ao passo que os demais países operavam sobre bases de um sistema de acumulação semi-colonial, com matriz econômica defasada de origem pré-capitalista. Após a Segunda Guerra Mundial, a estrutura do sistema capitalista passa por alterações, colocando-se em um ritmo de ampliação do circuito internacional cada vez mais ágil. Nesse contexto, os países periféricos foram compelidos a industrializar-se, adotando tecnologias consideradas defasadas nos países centrais, e que eram fundamentadas em uma lógica produtiva descolada da estrutura econômica e social dos países periféricos. A industrialização dos periféricos, a partir dessa lógica, fez surgir quatro agrupamentos distintos de economias: 1) o primeiro grupo é composto pelos países centrais; 2) o segundo grupo é composto por países cujo nível de desenvolvimento prévio de suas forças produtivas tornou capaz sua absorção, apesar de não homogeneamente, no circuito internacional de reprodução ampliada, como é o caso do Brasil; 3) o terceiro agrupamento diz respeito aos países que lutam pela redução

das relações de produção de origem pré-capitalista por meio do desenvolvimento das forças produtivas urbano-industriais, mas ainda insuficiente para que sejam absorvidos no circuito internacional; 4) e o quarto agrupamento trata dos países cujas bases de acumulação semi-colonial ainda permanecem, mesmo que na iminência de migração para o agrupamento superior de países (QUIJANO, 1976).

Considerando esses distintos agrupamentos, o autor aponta que as mudanças trazidas pela revolução científica e tecnológica surtiram efeito ímpar nas economias latino-americanas. A incorporação de técnicas e métodos produtivos apropriados às estruturas socioeconômicas dos países centrais, sem a necessária adequação às particularidades dos países da região, promoveram a metamorfose dos tipos de organização da atividade econômica, voltados ao atendimento das demandas dos setores hegemônicos – vinculados ao capital externo –, mas descolado dos interesses e das possibilidades de desenvolvimento local. Isso impediu não apenas a generalização da incorporação tecnológica para todos os setores produtivos – reproduzindo a heterogeneidade estrutural –, mas também a imposição da modalidade de organização monopolística como a mais significativa para essas economias (QUIJANO, 1974).

A tendência é que em cada um dos setores básicos da economia ocorra uma expansão e, em certa medida, uma diferenciação, nos mecanismos de organização econômica, que vão perdendo gradualmente toda a capacidade de acesso estável aos meios básicos de produção e aos mercados de rendimentos significativos, que permitem o incremento da acumulação de capital. A produção artesanal e o pequeno comércio de bens e serviços, as atividades agropecuárias de baixo nível de produtividade, não apenas não desaparecem, mas tendem a se expandir. Este "nível deprimido" da economia contém um conjunto característico de formas de organização do trabalho e, portanto, de ocupações, que empregam recursos residuais de produção, se estruturam de modo instável e precário, geram lucros reduzidos, e que servem a um mercado formado pela própria população incorporada a esse nível de atividade. Esse seria o conjunto de atividades componentes do chamado *polo marginal* (QUIJANO, 1971).

Essa configuração das formas produtivas, a sua vez, impõe modificações na quantidade e na qualidade requerida de mão de obra na economia. Do ponto de vista da utilização dos recursos produtivos, tem-se a prevalência na utilização de novas tecnologias, provenientes da revolução científico-tecnológica, nos setores monopolistas. Do ponto de vista dos interesses sociais que controlam os recursos produtivos, há a concentração da acumulação de capital nas mãos dos grupos cujo ação se vincula aos interesses dos grupos hegemônicos dos países centrais, e quem impedem a livre utilização de tecnologias e recursos em favor dos interesses econômicos e sociais da sociedade dependente. O resultado da combinação desses dois fatores é a concentração da tecnologia apenas nos estratos mais altos da economia, a concentração de seus produtos nas mãos de reduzidos grupos



dominantes, o incremento e a concentração da acumulação de capital nas mãos de poucas empresas monopolistas e a transferência da maior parte do excedente aos centros metropolitanos do sistema.

Essa configuração traria uma série de implicações sobre as relações de trabalho. Em primeiro lugar, reduziria o volume relativo de força de trabalho requerida para os níveis produtivos da tecnologia dominante, fator que acarretaria, juntamente com o incremento da produtividade, um aumento da taxa de exploração do trabalho. Em segundo lugar, dado a modificação dos requerimentos qualitativos da força de trabalho, há uma modificação no mercado de trabalho para tais níveis produtivos, que se torna reduzido, rígido, excludente e concentrado em poucos centros urbanos da sociedade. Por fim, como não há a difusão da tecnologia e dos ganhos de produtividade para o conjunto da economia, é gerada uma concentração de recursos nos setores monopolísticos, bem com uma redução na possibilidade de absorção de mão de obra.

Nestas condições, a mão de obra que é deslocada tanto das atividades rurais quanto das atividades urbanas se vê imersa numa problemática cuja tendência é se intensificar: de um lado, pela permanente expulsão de trabalhadores dos setores primários, pelo esgotamento de seus recursos produtivos e pela dominação de seus esquemas produtivos pelos setores dominantes, cuja lógica é a implantação de métodos produtivos intensivos em capital; de outro lado, pela consolidação de um setor produtivo urbano que limitam suas exigências quantitativas e qualitativas de mão de obra, reduzindo portanto sua capacidade de absorção. De modo que se forma um mercado de trabalho em cuja estrutura os setores de mais elevado nível de desenvolvimento tem um caráter excludente de mão de obra, e seus níveis intermediários não têm estabilidade e capacidade de expansão necessária para absorver de modo estável a mão de obra disponível. Produz-se então um setor crescente de mão de obra que, em relação aos setores de atividade hegemônicos, organizados pela grande empresa monopolista, é *sobrante*; e em relação aos setores intermediários, organizados a partir da lógica competitiva, é *flutuante*, uma vez podendo estar, intermitentemente, ocupada, desocupada ou subocupada, seguindo as contingências que afetam a atividade econômica. Essa fração da mão de obra que o autor qualifica como mão de obra marginalizada (QUIJANO, 1973).

Apesar das diferenciações presentes na análise de cada um dos autores, o que se percebe é uma tentativa de compreender as possíveis especificidades da superpopulação relativa nos países periféricos e dependentes. De forma sintética, o que os autores buscam apontar é que, na América Latina, há frações da classe trabalhadora que, em decorrência das características da estrutura produtiva, não conseguem se inserir nas atividades com ampla incorporação tecnológica – as chamadas *tipicamente capitalistas* – de modo que, para garantir suas condições de reprodução, se vinculam a atividades em setores desorganizados, com elevadas jornadas de trabalho, baixa remuneração, e baixa incorporação tecnológica e nível de produtividade. Nesse sentido que a

superpopulação relativa das regiões periféricas e dependentes seria formada pela conjunção do exército industrial de reserva – a mão de obra disponível e passível de ser absorvida nos setores produtivos hegemônicos – e as frações marginalizadas – a massa marginal, na percepção de Nun, e a mão de obra marginalizada, na percepção de Quijano.

A partir da proposição desse debate teórico, passamos então à análise dos dados referentes ao Brasil, no intuito de verificar as categorias que podem ser enquadradas dentro do escopo da marginalidade e avançar numa tentativa de caracterização das relações de trabalho do Brasil a partir da presença estrutural do excedente de mão de obra.

## **2. Metodologia**

Os dados utilizados para a análise que se segue foram extraídos dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Tal como apresentado na primeira seção, o debate acerca da marginalidade social foi fundamentalmente formulado no campo teórico, a partir da tentativa de ensejar uma discussão acerca das condições gerais sobre as relações de trabalho na América Latina, especificamente da forma própria que assumiria, na região, a categoria superpopulação relativa. No entanto, ao menos em seus textos originais, os autores da teoria da marginalidade não propuseram uma metodologia para a verificação quantitativa da categoria. Por isso, o que será feito aqui é uma tentativa de propor, a partir dos dados disponíveis, uma forma de verificação empírica desta categoria, que nos permita avaliá-la a partir das condições concretas das relações capital-trabalho. Para tanto, parte-se de uma metodologia proposta por Barbosa (2008), e da reformulação desta metodologia proposta por Duarte (2015).

Assim, serão consideradas como *atividades marginais* todo o conjunto de atividades que, nas relações capital-trabalho, possuem um histórico de baixa proteção social, baixa remuneração, ausência de estabilidade e segurança e elevada jornada de trabalho. Dado essas características, são atividades que, uma vez contratadas sem a cobertura da legislação trabalhista (ou seja, trabalhadores contratados sem carteira assinada), por vezes desvinculadas de setores estruturados e com elevado nível de incorporação tecnológica, e com baixo nível de fiscalização trabalhista, submetem os trabalhadores a situação de permanente instabilidade, vulnerabilidade e insegurança nas relações de trabalho.

Dado as poucas informações específicas sobre cada atividade descritas na metodologia dos censos de 1980 e 1991, que nos impede de fazer uma avaliação detalhada sobre as características dos trabalhadores em cada setor de atividade e posição na ocupação, iremos considerar como atividades marginais aquelas que, historicamente, são percebidas a partir das características destacadas no último parágrafo. Como se sabe, o maior conjunto de trabalhadores submetidos a

baixos salários e elevadas jornadas geralmente estão vinculados às atividades do setor de serviços, às atividades domésticas e às atividades agrícolas.

No trabalho de Duarte (2015), a partir do qual baseamos a metodologia aqui utilizada, foram consideradas como atividades marginais os seguintes itens, referentes aos censos de 1940 e 1950: i) atividades domésticas não remuneradas no domicílio familiar; ii) serviços domésticos remunerados; iii) outras atividades domésticas remuneradas; iv) atividades não compreendidas nos demais ramos; v) atividades ou condições mal definidas; vi) atividade ou condição não declarada de membro da família; e vii) atividade ou condição não declarada de outra pessoa. Como não há, para os censos de 1960 e 1970, uma descrição detalhada dos itens referentes a serviços domésticos, consideraremos também para a quantificação das atividades marginais os itens viii) ocupações da prestação de serviços e ix) outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas.

A partir do detalhamento das ocupações de cada um dos anos analisados, serão também consideradas como atividades marginais:

1) Em 1980:

Ocupações técnicas, científicas, artística e afins (parteiras e inspetores de alunos); ocupações da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal (produtores da agropecuária autônomos, pescadores, caçadores, madeireiros, lenhadores, carvoeiros, seringueiros, ervateiros, apanhadores, descascadores e quebradores de produtos vegetais, e outros trabalhadores da agropecuária); ocupações da produção extrativa mineral (mineiros, canteiros e morroeiros; garimpeiros e salineiros); ocupações da indústria de transformação e da construção civil (armadores de concreto, pedreiros, serventes de pedreiro, pintores e catadores, estucadores, ladrilheiros e taqueiros, encanadores e vidraceiros); ocupações do comércio e atividades auxiliares (lojistas, vendedores ambulantes, vendedores de jornais e revistas e viajantes, representantes e praticistas); ocupações da prestação de serviços (ocupações domésticas remuneradas, empregados domésticos, ocupações dos serviços de alojamento e alimentação, ocupações dos serviços de higiene pessoal e porteiros, ascensoristas, vigias e servente); ocupações da defesa nacional e segurança pública (guardas-vigias de organizações particulares).

2) Em 1991:

Ocupações técnicas, científicas, artísticas e afins (parteiras e inspetores de alunos); ocupações da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal (produtores agropecuários autônomos, caçadores, pescadores, madeireiros, lenhadores, carvoeiros (fabricantes), seringueiros, ervateiros e apanhadores, quebradores e descascadores de produtos vegetais); ocupações da produção extrativa mineral (mineiros, canteiros e marroeiros, garimpeiros, salineiros e sondadores de poços (exclusive de petróleo e gás)); ocupações das indústrias de transformação e da construção civil (sapateiros, marceneiros, carpinteiros, operadores de máquina de marcenaria, serradores, armadores de

concreto, pedreiros, serventes de pedreiro, pintores e catadores, estucadores, ladrilheiros e taqueiros, encanadores, vidraceiros); ocupações do comércio e atividades auxiliares (comerciantes por conta própria, vendedores ambulantes, vendedores de jornais e revistas, praticistas e viajantes comerciais, representantes comerciais e propagandistas, carroceiros e tropeiros, motoristas e carteiros); ocupações da prestação de serviços (ocupações domésticas remuneradas, ocupações do serviço de alojamento e alimentação, ocupações dos serviços de higiene pessoal e porteiros, ascensoristas vigias e serventes) ;ocupações da defesa nacional e segurança pública (guardas-vigias de organizações particulares).

É a partir da somatória desses itens dos censos que realizamos os cálculos das atividades marginais. Passamos, então, à análise dos dados.

### **3. Resultados e discussão**

Para dar início à análise e discussão dos resultados obtidos em relação às condições de trabalho vigentes durante o período de referência (de 1980 a 1991) no Brasil, importa apresentar dois conceitos centrais: a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA). Para os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PIA refere-se à fração da população que está em idade mínima para exercer regularmente atividades remuneradas – que trata-se da população com idade entre 14 e 65 anos de idade. Por outro lado, a PEA refere-se à parcela da população que, já estando em idade ativa, de fato oferta sua mão de obra no mercado de trabalho (ocupada e/ou procurando trabalho). Nesse sentido, ressalta-se que são trabalhadores que estão empregados ou, que na condição de desempregados, estão procurando trabalho. Por outro lado, a PEA Ocupada representa a fração destes trabalhadores que de fato estão ocupados realizando algum tipo de atividade remunerada; a parcela da PEA desocupada é indicativa dos dados de desemprego do país. Ademais, a População Não Economicamente Ativa (PNEA) refere-se à parcela da população em idade ativa que não é economicamente ativa, ou seja, a diferença entre a PIA e a PEA, que equivale às pessoas que tem idade mínima para trabalhar, mas não estão ofertando sua mão de obra (não trabalham e não procuram emprego).

É importante observar que, no censo de 1980, há uma inversão de metodologia: os desempregados aparecem, na verdade, no item “procurando trabalho”, já que neste censo a categoria “desempregado” refere-se às pessoas que, tendo trabalhado qualquer período nos 12 meses anteriores à data do censo, tivessem deixado de trabalhar e, na semana de referência, não estivessem procurando trabalho. Desta forma, a parcela populacional presente nesta categoria não se inclui na parcela economicamente ativa e, por isto, essa categoria passa a ser considerada aqui como “desemprego oculto”, como pode ser observado na tabela 1, a seguir.

**Tabela 1. Situação do mercado de trabalho**

	PIA	PEA	PEA Ocupada	PNEA	Desemprego	Desemprego Oculto
<b>1980</b>	87.811.196	43.235.712	42.271.526	44.575.484	964.186	238.599
<b>1991</b>	112.860.251	58.456.128	55.293.311	54.404.123	3.162.816	-

Legenda: PIA = População em Idade Ativa; PEA = População Economicamente Ativa; PNEA= População Não Economicamente ativa.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE (1980 e 1991).

A partir dos dados contidos na tabela 1, é possível observar um aumento relativo de 28,5% na população em idade ativa de 1980 para 1991. Tal aumento pode ser explicado por um aumento demográfico comum e característico das altas taxas de natalidade brasileira<sup>4</sup>. Por outro lado, a PEA cresce cerca de 35,2% em relação ao censo anterior, um aumento ainda maior do que o crescimento relativo da PIA e que implica que há um aumento da tendência à população em idade ativa se inserir no mercado de trabalho, ofertando sua mão de obra. Esse fenômeno pode ser elucidado pelo impacto negativo das crises na situação econômica das famílias, principalmente pela redução do nível de emprego e dos salários, além da queda no rendimento *per capita* – com efeito, é observado então um aumento da participação no mercado de trabalho dos chamados trabalhadores “secundários”, sendo eles filhos e cônjuges, por exemplo (OMETTO et al, 1995, p. 404). Aqui, cabe chamar a atenção para os efeitos das crises do petróleo da década de 1970 no cenário internacional, e também o reflexo do aumento das taxas de juros estadunidenses sobre o endividamento dos países periféricos, que refletiu na explosão de seus processos de crise econômica – no caso do Brasil, intensificado pelas crises monetárias durante a década de 1980.

Os dados de desemprego apresentados na tabela 1, por sua vez, indicam uma variação de 228% em relação ao período anterior. A partir disso, nota-se que havia uma incapacidade alarmante da economia brasileira de absorver a mão de obra disponível no mercado de trabalho. Em outros termos, isso implica em uma estagnação ou decréscimo da atividade econômica, provavelmente generalizada em todos os setores da economia, e que tornava cada vez mais difícil a absorção desses trabalhadores excedentes que ofertavam sua força de trabalho. Caso fosse considerado aqui o desemprego oculto como parte do desemprego, esse dado seria levemente suavizado, passando de 228% para 162,9%. No entanto, deixa-se claro que a parcela considerada aqui como desemprego oculto, de acordo com a metodologia do censo de 1991, não faz parte da PEA, porque diz respeito apenas aos trabalhadores que não estavam procurando emprego na semana de referência do censo. No entanto, sob uma análise mais minuciosa, atenta-se ao fato de que uma fração destes trabalhadores provavelmente deixa de procurar emprego por conta do cenário de dificuldade de absorção do mercado de trabalho, dado a situação de crise e desaquecimento econômico, o que

---

<sup>4</sup> Dados do IBGE indicam que, para os anos de 1960 e 1970, o Brasil possuía altas taxas de fecundidade – 6,3 e 5,8 filhos por mulher, respectivamente – o que ajuda a explicar a elevação da população em idade ativa durante os anos analisados. É a partir do censo de 1980 que essas taxas passam a ser menores – 4,4 em 1980 e 2,9 em 1991.

acarretava um aumento da falta de perspectivas e aumento progressivo de atividades marginais e mal remuneradas.

De toda forma, consideramos que trata-se de uma parcela da força de trabalho que precisa ser considerada e que, portanto, incorpora aos dados sobre desemprego. De modo que, mesmo se incorporados aos dados referentes ao desemprego, ainda assim observa-se um crescimento relevante dessa fração de trabalhadores ao longo dos anos 1980, o que reforça o caráter de crise da economia brasileira e seus reflexos dinâmicos sobre as relações de trabalho<sup>5</sup>.

Outro fator importante a ser analisado é a variação da PEA ocupada. Enquanto a população economicamente ativa cresce 35,2% entre os anos analisados, a PEA ocupada cresce 30,8%. Ainda que o crescimento seja relevante, o fato de crescer a um ritmo menor que a PEA respalda os dados referentes ao crescimento do emprego: a incorporação relativamente menor de trabalhadores no mercado de trabalho amplia o número de trabalhadores desocupados, ou seja, o que se percebe, então, é uma absorção de trabalhadores menor que o crescimento daqueles ofertando sua força de trabalho. Tais dados corroboram a existência da superpopulação relativa proposta por Marx (2014) e as análises posteriores propostas para a América Latina de trabalho marginal por José Nun (1978) e polo marginal por Aníbal Quijano (1971).

**Tabela 2. Taxa de participação, taxa de ocupação, taxa de desemprego e taxa de desemprego total**

	<b>Taxa de participação</b>	<b>Taxa de Ocupação</b>	<b>Taxa de desemprego</b>	<b>Taxa de desemprego total</b>
<b>1980</b>	49,24	97,8	2,23	2,85
<b>1991</b>	51,80	94,6	5,41	-

Nota: A “taxa de desemprego total” foi calculada a partir da soma dos indivíduos que estão procurando trabalho pela primeira vez (no censo de 1980, “procurando trabalho”) e aqueles que, estando desempregados, não estão mais procurando trabalho (no censo de 1980, “desempregados”). Não foi calculado para o ano de 1991, visto que neste não há desemprego oculto.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE (1980 e 1991).

A tabela 2 apresenta os dados relativos às taxas de participação, ocupação e desemprego. A taxa de participação é a relação entre a PEA e a PIA, ou seja, é a taxa que demonstra qual a fração de pessoas em idade ativa que estão de fato ofertando sua mão de obra no mercado de trabalho (seja procurando emprego ou trabalhando). A taxa de ocupação, por sua vez, diz respeito à razão entre a PEA ocupada e a PEA, demonstrando qual a fração de pessoas economicamente ativas que ofertam sua mão de obra no mercado de trabalho e de fato se encontram empregadas formalmente ou exercendo qualquer atividade remunerada - em outras palavras, determina a demanda por força de trabalho do mercado nacional. A taxa de desemprego analisa, por outro lado, a parcela da PEA que não se encontra ocupada em atividade remunerada, mas sim procurando emprego: representa a

---

<sup>5</sup> Essas informações serão trabalhadas de maneira mais detalhada a seguir, quando do tratamento da taxa de desemprego.

fração da mão de obra ofertada que não é contratada ou não é absorvida pelo mercado, seja por uma incapacidade própria do sistema de absorvê-la dada o alto grau de especialização necessário para a inserção de trabalhadores no setor industrial, e/ou por um desaquecimento econômico característico das crises cíclicas do capitalismo.

Dessa maneira, pode ser observado a partir dos dados da tabela 2 que a taxa de participação, que pode ser tomada como uma *proxy* da oferta de mão de obra na economia, passou de 49,24% em 1980 para 51,8% em 1991, enquanto a taxa de ocupação foi pressionada para baixo, com uma redução de pouco mais de 3 pontos percentuais. É possível admitir que ocorreu neste período um aumento da entrada da PIA no mercado de trabalho, que por sua vez não foi acompanhada pela absorção dessa parcela de mão de obra excedente pelos setores da economia brasileira. Com isso, pode-se dizer que há um aumento da pressão sobre o mercado de trabalho – com uma oferta de mão de obra superior à demanda – e, sendo assim, naturalmente ocorreu um aumento do desemprego no país, como pode ser observado pela taxa de desemprego, que aumentou de 2,23% em 1980 para 5,4% em 1991. Caso os dados referentes ao desemprego oculto fossem incorporados à PEA e ao desemprego, a taxa de desemprego em 1980 seria de 2,85%. Mesmo nesse caso, a ampliação do desemprego ao longo da década de 1980 é relativamente considerável.

A alta taxa de ocupação observada em 1980 pode ser explicada como resultado do aumento da industrialização forjada pelos altos investimentos públicos do II PND, que transferiu o eixo econômico do país, passando a priorizar nas políticas de investimento as empresas estatais, além dos incentivos financeiros ao setor privado nacional. Ocorre que, a partir da primeira metade de 1980, foi desacelerado o ritmo de implementação do II PND, e se transferiu o foco às medidas da política econômica majoritariamente orientadas ao combate à inflação, o que desacelerou o investimento e retraiu o consumo final no país. Sendo assim, a redução da taxa de ocupação se explica pelo estrangulamento do investimento estatal brasileiro, que até então era o principal pilar sustentador do crescimento.

Vale fazer uma observação a respeito da baixa taxa de desemprego para o ano de 1980, especialmente quando tratamos de um país periférico e dependente, em meio aos reflexos de sucessivas crises no cenário internacional. De fato, os dados dos censos das décadas anteriores apresentam taxas de desemprego com variações muito representativas: enquanto a taxa de desemprego para os anos de 1940 e 1950 eram de, respectivamente, 16,4% e 12,35% (Duarte, 2015), nos anos de 1960 e 1970 elas passam a ser de 1,0% e 2,02% (Duarte e Fernandes, 2021). Isso nos leva a sugerir que, a partir de 1960, alterações na metodologia dos censos fizeram com que o conjunto de trabalhadores que passaram a ser considerados desempregados/desocupados ficou mais restrito, dado a inclusão de novas categorias na análise. Assim, enquanto que nos censos de 1940 e 1950, os itens “inativos por desocupação”, “atividades ou condições mal definidas”, “atividades ou

condição, não declarada, de membro da família natural” e “atividade ou condição, não declarada, de outra pessoa” somavam respectivamente 2.923.963 e 2.334.897 pessoas, em 1960 e 1970 aparece apenas a categoria “outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas”, com respectivamente 1.417.455 e 2.511.775 pessoas. Ademais, é importante destacar que a melhoria nos métodos de captação de dados não apenas permitiu a melhoria na definição de outras categorias, mas também a captação do número total de pessoas que efetivamente estavam no mercado de trabalho – alterando, assim, a PEA total e, em consequência, a taxa de desemprego.

De toda forma, não deixa de chamar a atenção o fato de que esses dados trazem, em si, um caráter político-ideológico relevante: a redução dos níveis de desemprego, a partir da análise dos dados oficiais do governo, a níveis de pleno emprego, para um país periférico em meio à instalação de um regime militar. Obviamente, há que se considerar que trata-se de um período de relativo crescimento econômico, com importantes investimentos públicos com alto potencial multiplicador e, por isso, com ampla capacidade de geração de emprego. No entanto, são taxas de desemprego muito baixas quando consideramos as particularidades da formação do mercado de trabalho no Brasil e suas características estruturais, como elevado excedente de mão de obra, baixa remuneração, dificuldade de acesso às leis trabalhistas e elevada desigualdade social.

Dito isso, destacamos que no presente artigo não nos delongaremos em analisar apenas estes dados apresentados da variação do desemprego, mas também nos voltaremos a uma análise mais extensa das condições concretas das ocupações exercidas por essa população trabalhadora no país. Isso porque partimos do entendimento de que, para além da população desocupada, há possivelmente um número relativamente grande de trabalhadores que estão ocupados, mas trabalhando em condições com elevado nível de precariedade. De maneira que se compreende que “a marginalidade decorreria de um processo de inserção de parte da massa trabalhadora excedente em formas peculiares de trabalho, vinculadas ou não ao setor capitalista de produção” (DUARTE, 2015, p. 3).

Tal análise é importante porque, mais do que apontar a porcentagem de trabalhadores que se encontram ocupados, precisamos compreender a situação geral da classe trabalhadora em suas formas de inserção no mercado de trabalho – ou seja, se são tipos de ocupação que permitem que os trabalhadores garantam suas condições mínimas de reprodução. Assim, focaremos em ocupações exercidas sob condições precárias com baixa remuneração associada, sem seguridade social, pouco ou nenhum grau de especialização e/ou alto risco para o trabalhador, ou seja, atividades que consideramos serem marginais (NUN, 1978, p.129-130).

Desta forma, a partir dos dados da tabela 3, vale observar que há um aumento absoluto no número total de ocupados do país. Os aumentos relativos mais evidentes ocorrem nas categorias “ocupações da produção extrativa mineral”, “ocupações do comércio e atividades auxiliares” e nas



“ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas”.

**Tabela 3. Ocupações da população economicamente ativa (1980-91)**

Atividades	Número de Ocupados	
	1980	1991
Ocupações administrativas	5.101.926	7.704.851
Ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas	2.773.886	4.554.429
Ocupações da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal	12.093.740	12.043.292
Ocupações da produção extrativa mineral	133.915	280.411
Ocupações das indústrias de transformação e construção civil	8.732.500	11.161.304
Ocupações do comércio e atividades auxiliares	3.255.101	5.530.383
Ocupações de transportes e comunicações	1.910.095	2.483.736
Ocupações da prestação de serviços	5.125.131	7.456.218
Ocupações da defesa nacional e segurança pública	626.883	949.771
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas	2.518.349	3.128.922
<b>Total</b>	<b>42.271.526</b>	<b>55.293.317</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE (1980 e 1991).

Observa-se também uma pequena redução nas ocupações da agricultura e da produção extrativa (animal e vegetal), de tal forma que esse movimento pode ser explicado pela combinação do êxodo rural com a mecanização da agricultura, e também pelo aumento dos investimentos na indústria ditados pelo II PND, que atraem os contingentes populacionais para os centros urbanos. Vale ressaltar que, apesar dessa redução, essa categoria ainda se manteve como aquela com maior número de trabalhadores em relação ao número total de ocupados do país. Isso demonstra que, mesmo com uma queda de sua participação em números absolutos, a importância do setor primário para a economia brasileira ainda era muito alta com relação à estrutura produtiva. Este fato deve-se principalmente a uma herança histórica – não só do Brasil, mas também de outros países latino-americanos – do papel desempenhado por tais países no cenário mundial como exportadores de matérias-primas e produtos primários, devido principalmente à dependência neocolonial, ao colonialismo tecnológico e, também, pela maneira com que as relações capital-trabalho se estruturaram nesta região.

Durante esse período, ocorre um aumento relativo de 109,3% nas ocupações da produção extrativa mineral, que é especialmente relacionado ao aumento das atividades nas categorias “garimpeiros” e “trabalhadores da extração do petróleo e gás”. A intensificação dessas atividades pode estar relacionada ao fato de que o “aumento do preço real do ouro, durante a crise do petróleo no final da década de 70 (quando o valor relativo do dólar declinou), estimulou as atividades da garimpagem” (BEZERRA, VERÍSSIMO E UHL, 1998). Pode-se dizer também que o aumento dos preços do barril de petróleo durante as crises ao final de 1970 amplificou a necessidade de sua extração no âmbito nacional, a fim de substituir ou amenizar a importação desse bem, o que por

consequência, aumenta a capacidade de ocupação desse setor, necessitando de uma quantidade maior de trabalhadores.

O segundo maior aumento relativo neste período é referente às “ocupações do comércio e atividades auxiliares”, da ordem de cerca de 69%. É especialmente evidente o aumento das categorias de “vendedores ambulantes” e “vendedores de jornais e revistas”, respectivamente de 142% e 66%. Isso expressa a expansão da subocupação dos trabalhadores que compõem a PEA ocupada.

Ocorre um aumento de aproximadamente 64% em relação às “ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas”. É válido ressaltar o fato de que a categoria em questão apresenta uma considerável abrangência de atividades quando comparada às demais (19 subdivisões), e a soma desses aumentos representa um número expressivo; contudo, a análise das atividades de forma individual não implica em aumentos significativos. De qualquer modo, esses aumentos podem estar relacionados com a ampliação do sistema nacional de Educação Superior no Brasil, especialmente após os anos 1970, quando foram elaborados normas e regulamentos que possibilitaram tal crescimento.

Há uma expansão relativa de 24% das ocupações incluídas na categoria de “outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas”, o que implica em uma ampliação das atividades desagregadas do setor hegemônico da economia. Além disso, vale considerar que os aumentos citados anteriormente nas atividades das categorias “garimpeiros”, “trabalhadores da extração do petróleo e gás”, “vendedores ambulantes” e “vendedores de jornais e revistas”, referem-se a atividades com um baixo grau de especialização associado e baixa remuneração, que podem ser englobadas na categoria de ocupações marginais.

Ademais, vale dizer que a categoria de “outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas” engloba uma série de atividades que individualmente possuem reduzida importância em relação à ocupação total, mas que somadas totalizam cerca de 6% da ocupação total da estrutura produtiva brasileira. Dessa forma, cabe analisar o detalhamento específico das atividades incluídas nesta categoria, conforme a tabela 4 a seguir.

A partir dos dados da tabela 4, nota-se que as três atividades com maiores aumentos relativos são as de “guardas sanitários”, “lixeiros” e “operadores de tratamento e bombeamento de água”. Destaca-se, em primeiro lugar, a variação da ocupação no setor de “guardas sanitários” que salta mais de 172% em relação ao período anterior; tal alteração provavelmente está relacionada ao movimento de redemocratização do país, que a partir da Constituição de 1988 passou a declarar a saúde como um direito universal e dever do Estado, e formou as bases para a fundação do Sistema Único de Saúde (SUS) no país. A partir disso, os sanitaristas passam a ocupar postos de maior importância no aparelho estatal, o que naturalmente aumenta a capacidade de ocupação desse setor.

**Tabela 4. Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas**

Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas	Número de Ocupados	
	1980	1991
Aprendizes	26.339	30.349
Bilheteiros, no serviço de diversões	2.450	3.003
Bombeiros, exclusive do corpo de bombeiros	6.801	6.160
Capatazes	24.130	9.271
Dedetizadores	3.434	4.885
Guardadores de automóveis	2.730	5.206
Guardas sanitários	18.979	51.748
Inspetores e fiscais	48.277	56.498
Jardineiros, exclusive na lavoura	75.704	65.181
Lixeiros	63.977	165.582
Lubrificadores	22.097	19.414
Operadores de tratamento e bombeamento d'agua	13.033	24.893
Operadores de máquinas, exclusive de agropecuária e construção civil	284.623	46.865
Trabalhadores braçais, sem especificação	586.648	655.120
Trabalhadores de conservação de rodovias	15.335	4.074
Babás (exclusive no serviço doméstico)	-	59.548
Outras ocupações mal definidas	1.206.055	1.903.121
Sem declaração	117.737	18.004
<b>TOTAL</b>	<b>2.518.349</b>	<b>3.128.922</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE (1980 e 1991).

Em segundo lugar, ocorreu um aumento de 158% em ocupação na atividade “lixeiros”, e é característico do movimento de êxodo rural e aumento da ocupação urbana como consequência do aumento da importância do setor industrial na dinâmica econômica a partir do II PND, já que, a partir disso, cria-se uma série de novas demandas sanitárias. Com o aumento dos centros urbanos, cresce também a produção de lixo pela população, e conseqüentemente há um incremento da demanda por trabalhadores da limpeza pública. Vale dizer também que a terceira atividade com maior aumento de ocupação (da ordem de 91%), de “operadores de tratamento e bombeamento de água”, também está associada a este movimento. Ademais, o saneamento básico passou a ser um direito universal assegurado a partir da Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, cabe ressaltar que no censo de 1991 ocorreram consideráveis reduções em relação ao período anterior, sendo as maiores nas categorias “sem declaração”, “trabalhadores de conservação de rodovias” e “operadores de máquinas, exclusive da agropecuária e construção civil”. A partir do censo de 1991, a atividade “babás (exclusive no serviço doméstico)” passa a compor a categoria de “outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas”, e provavelmente é uma atividade que em 1980 estava incluída enquanto “outras ocupações mal definidas”.

Ademais, é importante também pontuar que a categoria “sem declaração de ocupação” sofre uma queda de 84% em relação ao período anterior. Tal queda pode ser um reflexo da elaboração e inserção de novas atividades que anteriormente não constavam no censo de 1980, assim como pela ampliação da categoria “desempregados”, que possivelmente passou a agregar pessoas que, antes, não declaravam qualquer tipo de ocupação, seja por estarem efetivamente desempregados, seja porque não realizavam atividades fixas (os chamados “bicos”).

Comparando os dados apresentados na tabelas 5, é possível notar que a categoria de ocupação “autônomos” computada anteriormente em 1980, desaparece e possivelmente passa a ser englobada aqui como “conta própria”. Nota-se também que desaparece a classificação “sem declaração” enquanto ocupação na atividade e passa a ser descrita apenas enquanto classificação de rendimentos. Provavelmente por esse fato, a variação notada em relação ao período anterior para os trabalhadores sem rendimento observada foi de 362%.

É possível observar que o maior aumento entre as categorias propostas de posição na ocupação é referente aos “empregadores”, que cresceu cerca de 97% em relação ao período anterior. Também é observada uma redução de 7% entre os trabalhadores enquadrados enquanto “não remunerados”. Isso pode ser relacionado especialmente à garantia constitucional de direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a partir da Constituição de 1988 no Art. 7º, que definiu, entre outros direitos, o piso salarial, o salário-mínimo e salário não inferior ao mínimo para remuneração variável.

Há uma expansão de 28% nas ocupações com rendimento até meio salário-mínimo, além de uma ampliação de 42% nas faixas de rendimento de mais de meio a um. Nas faixas de salário de mais de dois a três, mais de três a cinco e mais de dez também se notam crescimentos, sendo o mais evidente na faixa de mais de dez salários. No entanto, ainda assim o peso entre essa última faixa de rendimento mensal e o total de ocupados não passa de 5%, o que demonstra claramente um fator de concentração de renda. Isso fica evidente pela constatação de que em 1991 apenas 32% da população total ocupada possuía rendimento mensal médio acima de 2 salários-mínimos, enquanto 61% dos trabalhadores recebiam até 2 salários e ainda 4% sequer possuía qualquer rendimento.

Esse cenário se torna ainda mais alarmante considerando a realidade econômica brasileira à época, visto que o recrudescimento da dívida externa na virada entre 1989-90 e a desaceleração da economia mundial diminuíram consideravelmente as exportações e, somada à inflação galopante do período, piorou-se a conjuntura que até então era de recuperação lenta. Desse modo, cabe ressaltar que os planos econômicos criados para suavizar os efeitos da inflação inercial do período não se provam eficientes, de modo que a inflação manteve sua trajetória crescente de corrosão do salário real.

**Tabelas 5: Rendimento mensal das pessoas de 10 anos e mais, por faixas de salário-mínimo.**

Ocupação na atividade	1980									
	Até meio	Mais de meio a um	Mais de um a dois	Mais de dois a três	Mais de três a cinco	Mais de cinco a dez	Mais de dez	Sem rendimento	Sem declaração	Total
Empregados	3.118.023	5.983.304	9.232.842	3.658.691	3.040.489	1.856.369	1.058.356	16.830	104.573	<b>28.069.477</b>
Autônomos	1.827.214	2.422.926	2.670.869	1.240.890	1.106.538	674.707	414.451	185.541	2.834	<b>10.545.970</b>
Empregadores	13.620	37.382	86.340	100.723	204.341	261.245	370.304	6.147	318	<b>1.080.420</b>
Não remunerados	21.083	7.029	3.734	1.694	1.728	1.301	1.007	2.193.888	44	<b>2.231.508</b>
Sem declaração	50.220	59.884	63.425	21.033	15.915	9.434	6.258	26.731	91.251	<b>344.151</b>
<b>Totais</b>	<b>5.052.812</b>	<b>8.521.742</b>	<b>12.066.211</b>	<b>5.026.959</b>	<b>4.372.195</b>	<b>2.804.738</b>	<b>1.851.125</b>	<b>3.340.910</b>	<b>199.020</b>	<b>43.235.712</b>

Ocupação na atividade	1991									
	Até meio	Mais de meio a um	Mais de um a dois	Mais de dois a três	Mais de três a cinco	Mais de cinco a dez	Mais de dez	Sem rendimento	Sem declaração	Total
Empregado	4.221.203	8.484.809	10.187.600	4.850.099	4.305.420	280.478	1.478.137	-	433.822	<b>34.241.568</b>
Conta própria	2.229.585	3.524.530	3.445.192	1.785.927	1.158.269	1.124.199	542.118	-	444.789	<b>14.254.609</b>
Empregador	32.636	109.802	237.035	269.309	260.528	563.734	616.016	-	42.641	<b>2.131.701</b>
Não remunerado	-	-	-	-	-	-	-	2.065.441	-	<b>2.065.441</b>
<b>Totais</b>	<b>6.483.424</b>	<b>12.119.141</b>	<b>13.869.827</b>	<b>6.905.335</b>	<b>5.724.217</b>	<b>1.968.411</b>	<b>2.636.271</b>	<b>2.065.441</b>	<b>921.252</b>	<b>52.693.319</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE (1970 e 1980).

Por fim, seguimos à análise das informações agregadas, apresentadas na tabela 6.

A taxa de ocupação passou por uma redução considerável no entre décadas. Esse dado, juntamente com as informações sobre a taxa de participação – entendida como proxy da oferta de mão de obra na economia, e que sofreu elevação entre os dois anos – corrobora a elevação da taxa de desemprego, que passou de 2,23% para 5,41%, dado termos uma situação com maior inclusão de pessoas no mercado de trabalho e menor absorção pelos setores produtivos. No entanto, vale observar que as taxas de desemprego apresentadas tanto para 1980, quanto para 1991, ainda são efetivamente baixas e, para o caso de 1980, se inclui dentro da faixa de pleno emprego. Sob uma conclusão superficial, poderia-se dizer que, a despeito no aumento do desemprego, a economia brasileira ainda apresentava taxas de desemprego relativamente baixas para uma economia com um mercado

de trabalho com características típicas de economias periféricas e dependentes. No entanto, como já destacado, pontuamos que tal resultado se deve tanto a uma inconsistência dos dados, quanto a alterações na metodologia que censo que, ao incluir novas categorias ocupacionais, reduz o número de trabalhadores que poderiam ser considerados desempregados. De toda forma, a informação mais relevante é que, ao longo da década de 1980, houve uma expansão considerável do desemprego no Brasil.

**Tabela 6. Informações Agregadas**

<b>Mercado de trabalho</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>
População em Idade Ativa	87.811.196	112.860.196
População Economicamente Ativa	43.235.712	58.456.128
População Ocupada	42.271.526	55.293.311
População Inativa	44.575.484	54.404.123
PEA Desocupada	964.186	3.162.816
PEA Desocupada - Ocultos	238.599	-
Atividades Marginais	25.436.145	28.560.548
Taxa de Participação	49,2	51,8
Taxa de Ocupação	97,8	94,6
Taxa de Desemprego	2,23	5,41
Taxa de Desemprego Total	2,8	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos do IBGE (1980 e 1991).

Por outro lado, destacamos que, em termos das atividades consideradas marginais, houve uma expansão de 12%, indicando um maior número de trabalhadores em atividades que, de modo geral, são relações capital-trabalho marcadas pela baixa proteção social, baixa remuneração, ausência de estabilidade e segurança e elevada jornada de trabalho. Disso, podemos chegar a dois apontamentos: primeiro, que ao longo dos anos 1980, o Brasil passar conjuntamente por uma situação de expansão do desemprego e de atividades marginais; segundo que, mesmo que a taxa de desemprego seja baixa em 1991, temos uma situação com uma fração maior de trabalhadores submetidos a condições de elevada precariedade no mercado de trabalho. Além disso, ao analisarmos o peso das ocupações marginais sobre a PEA ocupada, o que se percebe é que essas ocupações tem um peso de pouco mais de 50% em relação à população total ocupada, o que quer dizer que o Brasil avançou, ao longo dessa década, para a constituição de relações capital-trabalho mais precárias.

Cabe ressaltar especificamente o aumento de ocupação nas categorias “ocupações da produção extrativa mineral” e “ocupações das atividades do comércio e atividades auxiliares”, liderados pelas atividades de “garimpeiros”, “vendedores ambulantes” e “vendedores de jornais e revistas”. Essas atividades específicas passam por uma expansão de oferta na capacidade produtiva

do país e são atividades marcadas profundamente por seu caráter autônomo, baixa estabilidade econômica e alto grau de precariedade, no caso dos trabalhadores do garimpo.

Voltando-se à ocupação efetiva da estrutura produtiva, é alarmante o fato de que mais de 50% das atividades que ocupam os trabalhadores brasileiros são atividades marginais. Isso porque esse dado indica que há uma incapacidade do setor hegemônico de incorporar esses trabalhadores que passam a se refugiar no polo marginal da economia, e, mais ainda, ao observar a variação positiva de atividades marginais entre os anos de 1980 e 1991, cabe dizer também que há uma expansão na absorção absoluta de trabalhadores nesses setores marginais. Mesmo que a porcentagem da população marginal em relação à PEA ocupada em 1980 fosse de 60%, é preciso considerar a expansão da população economicamente ativa – explicada pelo aumento da taxa de participação – que contribuiu para a redução da porcentagem dos marginais em relação aos ocupados. De toda forma, o que importa considerar é que, ao longo da década, percebeu-se uma conjunção de aumento do desemprego com aumento dos trabalhadores marginais.

## **6. Conclusão**

A primeira metade da década de 1970 apresenta consideráveis redução do crescimento brasileiro, como resultado da primeira crise do petróleo. Com isso, o II PND é proposto como um plano de expansão do desenvolvimento, baseando-se no aumento da implantação e inversão de capital nos setores de bens de capital e bens intermediários. Ocorre que este plano baseou-se em financiamento com endividamento externo, através da alta liquidez de capitais encontrada nas economias internacionais e baixas taxas de juros, provenientes principalmente dos petrodólares. Consequentemente, a partir de 1974, há um aumento dos déficits na Balança de Pagamentos, que se intensificam como consequência de uma série de choques externos, sendo o mais grave deles o 2º choque do petróleo, que culmina em um aumento das taxas de juros internacionais e acaba por gerar uma elevação do custo da dívida brasileira, definida a juros pós-fixados. Assim, a conjuntura econômica no período de 1979 a 1980 é de recessão e aumentos nas taxas inflacionárias, causados principalmente pelo desajuste fiscal e da Balança de Pagamentos.

Analisando os dados dos censos referentes ao mercado de trabalho, o que percebemos é um reflexo direto da crise econômica sobre a situação do emprego. Ainda que tenha ocorrido um aumento considerável da população ocupada, a expansão da população economicamente ativa foi maior, de tal maneira que nem todos aqueles que passaram a ofertar sua mão de obra conseguiram uma posição no mercado de trabalho. Ademais, parte considerável dos ocupados se inseriram nas atividades consideradas, aqui na nossa análise, como atividades marginais. Por fim, a discrepância entre o aumento da população economicamente ativa e a população ocupada resultou numa expansão relativamente grande do desemprego. Entre os anos 1980 e 1991, portanto, o mercado de

trabalho brasileiro passa a se caracterizar por uma condição de ocupação mais precária e maior desemprego. Tais aspectos ficam mais claros e evidentes quando da análise dos dados relativos à renda: em 1991, apenas 32% ocupada recebia uma remuneração mensal acima de dois salários-mínimos.

Em suma, a análise aqui proposta nos permite perceber que o recrudescimento da dívida externa, como um efeito das sucessivas crises do petróleo e da dependência econômica do país em relação ao petróleo e bens de capital, e os reflexos internos das crises internacionais, resulta no estreitamento das relações de capital-trabalho marginais e da concentração de renda no país. Destarte, retomamos às categorias propostas por Aníbal Quijano e José Nun, que implicam que o aumento do setor monopolista aliados aos interesses do capital internacional condicionam a criação de expansão dos setores anteriores a níveis cada vez mais deprimidos, e, por fim, culminam na criação de um novo setor periférico onde se refugiam essa mão de obra expelida. Dessa forma, constata-se que o crescimento econômico latino-americano, por sua própria condição dependente, mesmo que consiga em alguma medida refletir em conquistas para a classe trabalhadora – como a organização da legislação trabalhista, a expansão do emprego e ocasionalmente elevações nos salários – não é capaz de alterar a estrutura das relações de trabalho, que permanecem sendo marcadas pelo elevado excedente de mão de obra, pelo descolamento entre a estrutura produtiva e as características dessa mão de obra, pela precariedade e pela desigualdade de renda.

### **Referências bibliográficas**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico – recenseamento geral do Brasil. Anos 1980 e 1991.**

ALVES, H.; ESCOREL, S. (2012). **Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria.** Physis, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 99-117, 2012.

BEZERRA, O., VERISSIMO, A., & UHL, C. (1998) **Impactos da Garimpagem de Ouro na Amazônia.** Imazon: Belém, Série Amazônia (Vol. 2, p. 25).

CORTÉS, A. (2012). **Modernización, dependencia y marginalidad: itinerario conceptual de la sociología latinoamericana.** Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, p. 214-238, 2012.

DELFINO, A (2012). **La noción de marginalidad en la teoría social latinoamericana: surgimiento y actualidad.** Universitas Humanística, núm.74, pp.17-34, 2012.

DUARTE, P. H. E. (2015). **Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil.** Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

DUARTE, P. H. E.; FERNANDES, G. (2021). **Excedente de mão de obra e marginalidade social no Brasil no período 1960-1970.** Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia Política.



MAIOLINO, A. L. G.; MANCEBO, D. (2005). **Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão**. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 14-20, Ago. 2005.

\_\_\_\_\_. (2008). **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NUN, J. (1996). Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coord.). **La teoría social latinoamericana - Tomo II: La teoría de la dependencia**. México, D.F.: Ediciones El Caballito, S.A. Universidad Nacional Autónoma de México.

\_\_\_\_\_. (2001b). La teoría de la masa marginal. In: NUN, J. **Marginalidad y exclusión social**. México, Fondo de Cultura Económica, pp. 35-140.

\_\_\_\_\_. (2001). **Marginalidad y exclusión social**. México, Fondo de Cultura Económica

\_\_\_\_\_. (2001a). Marginalidad y otras cuestiones. In: NUN, J. **Marginalidad y exclusión social**. México, Fondo de Cultura Económica, pp. 185-247.

\_\_\_\_\_. (2000). **O futuro do emprego e a tese da massa marginal**. *Novos Estudos CEBRAP*, número 56, páginas 43-62, março de 2000.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. (1995). **Economia brasileira na década de 1980 e seus reflexos nas condições de vida da população**. *Rev. Saúde Pública* 29 (5), outubro de 1995.

PINCHLER, W. (1980). **Algumas observações sobre o conceito de marginalidade social**. *Ensaio FEE*. V. 1, n. 1., 1980.

QUIJANO, A. (1976). **Crise imperialista e classe operária na América Latina**. Coimbra: Centelha.

QUIJANO, A. (1974). **The marginal pole of the economy and the marginalised labour force**. *Economy and Society*, volume 3, number 4, pgs. 393-428, 1974.

QUIJANO, A. (1971). **La formación de un universo marginal em las ciudades de America Latina**. *Espaces et Sociétés*, number 3, Paris.

\_\_\_\_\_. (1994). **América Latina en la economía mundial**. *Ecuador Debate*, 31:87-100, 1994.

\_\_\_\_\_. (1978). Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, L. (org.). **Populações "marginais"**. São Paulo, Duas Cidades.

\_\_\_\_\_. (1971). **Polo marginal de la economía y mano de obra marginada**. Taller Urbano Industrial. Programa de Ciencias Sociales - Universidad Católica de Lima.

KOWARICK, L. (1985). **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. São Paulo, Paz e Terra.

FOX, M. L. (1984). **Distribuição de renda no Brasil: dados mais exatos e novas descobertas**. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 24, n. 2, São Paulo, Abr/Jun. de 1984.